

BRK AMBIENTAL – MACAÉ S.A.
CNPJ/MF Nº 17.002.138/0001-22

Relatório da Administração – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Macaé, 28 de março de 2024.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	126.072	100.255
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	16.538	14.169
Adiantamentos a fornecedores		8
Tributos a recuperar (Nota 7)	5.329	3.762
Despesas antecipadas	211	211
Outros ativos	3.536	2.224
	<u>151.686</u>	<u>120.629</u>
Não circulante		
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	904	1.078
Fundos restritos (Nota 2.3)	7.043	6.335
Tributos a recuperar (Nota 7)	7.867	8.514
Partes relacionadas (Nota 14)	2.287	2.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (a))	12.112	11.596
Depósitos judiciais	343	864
Despesas antecipadas	4	46
	<u>30.560</u>	<u>30.720</u>
Imobilizado	2.771	2.766
Ativos de contrato (Nota 8)	29.910	71.582
Ativo de direito de uso (Nota 9)	1.051	354
Intangível (Nota 10)	356.981	288.177
	<u>421.273</u>	<u>393.599</u>
Total do ativo	572.959	514.228

Passivo e patrimônio líquido

	2023	2022
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	4.244	3.649
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	9.892	8.154
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	843	310
Debêntures (Nota 12.3)	1.851	2.133
Salários e encargos sociais (Nota 13)	2.297	2.433
Tributos a pagar	1.215	1.144
Outros passivos		700
	<u>20.342</u>	<u>18.523</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	194.978	178.763
Passivo de arrendamento (Nota 12.2)	286	81
Debêntures (Nota 12.3)	73.850	73.768
Partes relacionadas (Nota 14)	181.783	146.741
Provisões para contingências (Nota 16)	1.639	958
Benefícios a empregados (Nota 17)	217	350
	<u>452.753</u>	<u>400.661</u>
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	124.448	118.448
Prejuízos acumulados	(24.567)	(23.413)
Ajuste de avaliação patrimonial	(17)	9
	<u>99.864</u>	<u>95.044</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	572.959	514.228

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Macaé S.A. (“Companhia”) foi constituída em 5 de outubro de 2012, com o objetivo de prestar serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, incluindo sua gestão comercial, no Município de Macaé – RJ. A sede da Companhia está localizada na Av. Rui Barbosa, 1011, Cobertura – Apto. 601, Macaé – RJ. Em 5 de novembro de 2012, foi assinado o Contrato de Parceria Pública Privada (“PPP”) entre a Prefeitura de Macaé e a Companhia, na modalidade de Concessão Patrocinada (“contrato de concessão”) e iniciado pelo período de 35 anos com prazo findo em 2047 e reajuste anual através do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGPM”) definida em contrato, compreendendo redes, estações elevatórias, estações de tratamento e demais atividades correlatas. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”), sendo controlada direta da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (“BRK Projetos Ambientais”) e controlada indireta da BRK Ambiental Participações S.A. (“BRK Ambiental”). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024. **2 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras para fins de referência nesse relatório foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido a sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indeductíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, civis, tributários e ambientais. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(c) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.13 (b). **(d) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (a). **(e) Vida útil dos ativos intangíveis** – Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **(f) Perdas de créditos esperadas** – A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma varie-

dade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

“As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal, no endereço eletrônico da Companhia e no endereço eletrônico da CVM, respectivamente, <https://www.diariocomercial.com.br/>, <https://www.ri.brkambiental.com.br/> e <https://www.gov.br/cvm/pt-br/>.”

DIRETORIA:
Ricardo Antonio e Alexandre Maia Santiago
Contador:
Adelmo da Silva de Oliveira – CRC/BA 028385/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da BRK Ambiental – Macaé S.A. Macaé – RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Macaé S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Macaé S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor para auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor para auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrados saldos de ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 8 e 10, com os montantes de R\$29.910 mil e R\$356.127 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetado por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. **Como nossa auditoria tratou o assunto** – Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; • Testes de controles internos relacionados à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo do custo acrescido da margem; • Testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre a gestão de acesso e alterações aos sistemas e seus dados; • Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2023, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; • Recálculo das amortizações e da margem de construção reconhecidas no exercício de 2023 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinadores da diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 8 e 10, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em res-

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Receita Líquida de serviços (Nota 19 (a))	118.547	111.839
Custos dos serviços prestados (Nota 19 (b))	(66.250)	(59.526)
Lucro bruto	52.297	52.313
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 19 (b))	(18.053)	(17.305)
Perdas de créditos esperadas (Nota 19 (b))	(214)	(2.378)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 19 (b))	7	(109)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	34.037	32.521
Resultado financeiro (Nota 19 (c))		
Receitas financeiras	2.422	2.181
Despesas financeiras	(38.117)	(32.801)
Resultado financeiro líquido	(35.695)	(30.620)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15 (b))	(1.658)	1.901
Lucro (prejuízo) do exercício	503	(694)
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 18 (b))	(1.155)	1.207

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.155)	1.207
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado (Nota 18(c))		
Obrigações com benefícios pós-emprego	(38)	30
Efeitos fiscais	13	(10)
	<u>(25)</u>	<u>20</u>
Total do resultado abrangente do exercício	(1.180)	1.227

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2022	116.448	(24.619)	(12)	91.817
Resultado do exercício:				
Lucro do exercício		1.207		1.207
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			20	20
Total do resultado abrangente do exercício		1.207	20	1.227
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	2.000			2.000
Em 31 de dezembro de 2022	118.448	(23.412)	8	95.044
Resultado do exercício:				
Prejuízo do exercício		(1.155)		(1.155)
Outros resultados abrangentes:				
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 18 (c))			(25)	(25)
Total do resultado abrangente do exercício		(1.155)	(25)	(1.180)
Transação de capital com sócios:				
Aumento de capital (Nota 18 (a))	6.000			6.000
Em 31 de dezembro de 2023	124.448	(24.567)	(17)	99.864

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.658)	1.901
Ajustes		
Depreciação e amortização	13.499	10.079
Amortização ativo de direito de uso	996	633
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(7)	(52)
Perdas de créditos esperadas	214	2.378
Provisão para contingências	1.381	569
Recebimentos de fundos restritos	(822)	(725)
Margem de lucro de construção	(729)	(660)
Benefícios a empregados	(186)	249
Ajuste a valor presente	162	108
Juros e variações monetárias, líquidos	33.570	28.715
	<u>46.420</u>	<u>43.195</u>

Variações nos ativos e passivos

Contas a receber	(2.409)	(991)
Adiantamentos a fornecedores	8	1.574
Tributos a recuperar	(920)	(615)
Depósitos judiciais	521	(5)
Despesas antecipadas	42	126
Outros ativos	(1.312)	21
Fornecedores	(689)	664
Salários e encargos sociais	(136)	(22)
Tributos a pagar	51	438
Provisões para contingências	(700)	(38)
Partes relacionadas	12.511	9.379
Outros passivos	(700)	(77)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.687	53.649
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8)	(747)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.679	52.902
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	114	4
Adições ao imobilizado	(311)	(690)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(34.409)	(30.840)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.246)	(31.526)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	22.387	4.815
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(8.223)	(7.078)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(16.491)	(15.743)
Amortizações de passivo de arrendamento	(1.110)	(727)
Juros pagos de debêntures	(11.509)	(9.752)
Partes relacionadas	16.330	26.854
Aumento de capital social	6.000	2.000
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	7.384	369
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	25.817	21.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	100.255	78.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	126.072	100.255

posta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Bruno Marchetti Moretti
Contador
CRC-SP321238/O

ESPORTE CLUBE BARREIRA CNPJ: 36.479.483/0001-04			
Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023		Demonstração do Resultado encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Descrição	Exercício Atual	Descrição	Exercício Atual
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponível	30.592,83 D	Obrigações de Curto Prazo	1.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BA7A-8369-427E-A64D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BA7A-8369-427E-A64D



Hash do Documento

8F4CFB3FC752F22A60E88E8D780CDF1935C5F880E2B770950790BC3E9DE3B2CB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 15/04/2024 23:16
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

